

REGIMES DE VERDADE E MÍDIAS SOCIAIS: DESDOBRAMENTOS NOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DA COMUNIDADE SURDA

Bianca Salles Conceição de Andrade¹  Vanessa Regina de Oliveira Martins² 

RESUMO

Com o avanço da tecnologia, as mídias sociais se apresentam como dispositivos de visibilidade das pessoas surdas e da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Este artigo é um recorte de uma tese de Doutorado desenvolvida na Universidade Federal de São Carlos em 2022, que objetiva problematizar a produção do regime de verdade normativo-patológico na constituição dos processos de subjetivação de vidas surdas, sob a influência dos dispositivos midiáticos sociais no contexto neoliberal. Baseando-nos nas filosofias da diferença, selecionamos dois conceitos-ferramenta: 1) regimes de verdade, desenvolvidos por Michel Foucault e 2) os processos de subjetivação, num movimento integrativo entre Félix Guattari e Michel Foucault. Esta pesquisa incorpora princípios da metodologia anarqueológica de Michel Foucault. Em seu processo foram feitas duas coletas de dados: 1) a seleção dos vídeos nas mídias sociais e 2) entrevistas semiestruturadas com dez questões e quatro participantes, necessariamente surdos, sinalizantes e maiores de idade. Para o recorte apresentamos um dos eixos de construção da pesquisa, a partir do regime de verdade normativo-patológico. Espera-se que este artigo possa contribuir para avanços na área dos estudos surdos, bem como estimular iniciativas no campo da educação e nas práticas reflexivo-ativas desse espaço.

PALAVRAS-CHAVE: Surdez. Educação de surdos. Mídias sociais. Regimes de verdade. Processos de Subjetivação.

¹ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

São Carlos, SP - Brasil. e-mail: bianca.csalles@gmail.com

² Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP - Brasil. e-mail: vanessamartins@ufscar.br

Artigo submetido ao sistema de similaridade



Submetido: 16/01/2024 Aceito: 23/05/2024 Publicado:

REGIMES OF TRUTH COINTEED IN SOCIAL MEDIA: DEVELOPMENTS IN SUBJECTIVE PROCESS IN THE DEAF COMMUNITY

ABSTRACT

With the advancement of technology, social media emerges as devices for the visibility of deaf individuals and Brazilian Sign Language - Libras. This article aims to present a segment of a doctoral thesis that problematized the production of truth regimes in the constitution of processes of subjectivation of deaf lives mediated by social media devices in the neoliberal context. Drawing from the philosophies of difference, we selected two concept-tools: 1) truth regimes, developed by Michel Foucault, and 2) processes of subjectivation in a movement between Félix Guattari and Michel Foucault. This research incorporates principles of Michel Foucault's anarcho-archaeological methodology, and for its development, two data collections were conducted: 1) the selection of videos on social media, and 2) semi-structured interviews with ten questions and four participants, necessarily deaf, signers, and of legal age. For this segment, we present one of the research's construction axes, based on the normative-pathological truth regime. It is hoped that this article can contribute to advances in the field of deaf studies, as well as bring actions to the realm of education and the reflexive-active practices of this domain.

KEYWORDS: Deafness. Deafness Education. Social Media. Truth regimes. Subjectivation Processes.

REGIMENES DE VERDAD EN LAS REDES SOCIALES: LOS DESARROLLOS EN LOS PROCESOS SUBJETIVOS EN LA COMUNIDAD SORDA

RESUMEN

Em el avance de la 2erdade22a, las redes sociales se presentan como dispositivos para la 2erdade22ame de las personas sordas y la Lengua Brasileña de Señas – Libras. Este artículo tiene como objetivo presentar em segmento de em tesis doctoral que problematizó la producción de regímenes de 2erdade em la constitución de 2erdade22 de subjetivación de vidas sordas mediadas por dispositivos de redes sociales em el contexto neoliberal. A partir de las 2erdade22a de la diferencia, 2erdade22ame dos concepto-herramientas: 1) regímenes de 2erdade, desarrollados por Michel Foucault, y 2) 2erdade22 de subjetivación em em 2erdade22 entre Félix Guattari y Michel Foucault. Esta investigación incorpora 2erdade22a de la 2erdade22am anarco-arqueológica de Michel Foucault, y para su desarrollo se realizaron dos recolecciones de datos: 1) la selección de 2erdade em redes sociales, y 2) entrevistas semiestructuradas em diez preguntas y cuatro participantes, 2erdade22amente sordos, signantes y mayores de edad. Para este segmento, presentamos uno de los ejes de construcción de la investigación, basado em el régimen de 2erdade normativo-patológico. Se espera que este artículo pueda contribuir a avances em el campo de los 2erdade2 sordos, así como traer acciones al ámbito de la educación y las prácticas reflexivo-activas de este 2erdade.

PALAVRAS-CLAVE: Sordera. Educación para Sordos. Redes sociales. Regímenes de 2erdade. Procesos de subjetivación.

1 INTRODUÇÃO

Entre 2020 e 2022, durante a pandemia e o consequente isolamento social, ocorreram mudanças significativas em nossas vidas. As relações familiares e o uso de dispositivos eletrônicos, especialmente as mídias sociais, reconfiguraram nossas rotinas diárias. No entanto, para a comunidade surda, esse período apresentou desafios adicionais. O distanciamento social acentuou a falta de convívio com pares surdos, agravando a sensação de isolamento. Este cenário problemático foi o ponto de partida para a elaboração da tese de doutorado defendida no ano de 2022 na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, que será apresentada neste artigo.

As mídias sociais podem ser vistas como espaços para capturar atenções e mobilizar atos de resistência. É de conhecimento comum que elas são frequentemente usadas para diversas finalidades na sociedade neoliberal, principalmente com propósitos econômicos. Nesse contexto, a comunidade surda também foi incluída nesse cenário e, conseqüentemente, exposta a uma variedade de conteúdos midiáticos abordando questões sobre a surdez, os surdos e a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Observamos cada vez mais o movimento de pessoas ouvintes disseminando materiais sobre ou em Libras sem conhecer devidamente a trajetória de resistência desses sujeitos, sem ter contato significativo com pessoas surdas ou uma interação favorável na língua de sinais.

A pesquisa realizada apontou a emergência de regimes de verdade construídos na contemporaneidade e o impacto das mídias sociais nesse cenário apresentado sobre a comunidade surda. Para compreender esse processo, fundamentamo-nos em dois teóricos da filosofia da diferença: Michel Foucault e Félix Guattari. Com base nesses autores, escolhemos algumas ferramentas analíticas, tais como os regimes de verdade (Foucault, 2014), a biopolítica (Foucault, 2008; 2018) e os processos de subjetivação (Foucault, 2010; Guattari, Ronilk, 1996).

Por intermédio das ferramentas analíticas da filosofia da diferença, dos estudos surdos e pela coleta de dados, buscamos responder à seguinte questão: como os dispositivos biopolíticos midiáticos sociais constroem regimes de verdade? Para essa resposta, a pesquisa apresentada objetivou problematizar a produção do regime de verdade normativo-patológico na constituição dos processos de subjetivação de vidas surdas, sob a influência dos dispositivos midiáticos sociais no contexto neoliberal. O regime de verdade normativo-patológico surge assim, a partir de práticas sociais produzidas pelos saberes a ele afiliados, e pela concepção de um tipo de sujeito surdo, aquele com deficiência.

Para apontar os processos de subjetivação de vidas surdas entre esse regime de verdade e a ação das mídias sociais, o artigo foi dividido em três momentos: uma discussão teórica baseada na filosofia da diferença e nos estudos surdos; a descrição do desenvolvimento da pesquisa; e por fim, a apresentação das análises desenvolvidas.

2 FOUCAULT X GUATTARI: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS COMO CAIXA DE FERRAMENTAS

Iniciamos este tópico apresentando os três conceitos-ferramenta utilizados na elaboração desse artigo: regimes de verdade (Foucault, 2014), biopolítica (Foucault, 2018) e processos de subjetivação (Foucault, 2010; Guattari, Ronilk, 1996), alinhando os conceitos acima com as questões que perpassam o tema das mídias sociais e suas construções nas comunidades e vidas surdas.

Primeiramente, os regimes de verdade estão entrelaçados com a forma em que determinados discursos foram construídos e legitimados como verdadeiros na sociedade. Eles emergem de fatores temporais e históricos que trazem a ideia de verdade à determinada situação, instituição, sujeito ou norma. Sobre o conceito, Foucault (2014) mencionou que os regimes de verdade se constituem na relação entre saber-poder e são responsáveis pelos processos de subjetivações. Ele afirma que “temos que produzir verdades assim como [...] temos que produzir riquezas e temos que produzir verdades para produzir riquezas” (Foucault, 2018, p. 22). O filósofo ainda complementa que “a verdade não existe fora do poder [...]. Cada sociedade tem o seu regime de verdade, a sua política geral da verdade; isto é, os tipos de discurso que acolhe e faz funcionar como verdadeiros” (Foucault, 2011, p. 12).

Quando associamos o conceito de regimes de verdade às vidas surdas, temos, segundo Witches e Lopes (2015), pelo menos duas matrizes de experiência que as projetam no campo da surdez: uma na qual as verdades compõem um campo de saber clínico, e outra na qual as verdades constroem um campo de saber socioantropológico. A primeira circunscreve a formação de um saber médico, associando as discursividades da surdez à uma patologia, pelo viés negativo da falta de audição. A segunda, compõe um campo de saber cultural, atrelado à discursos que endereçam uma positividade da surdez e, conseqüentemente, à possibilidade de formas alternativas de existência, num discurso que narra o sujeito em sua diferença linguística, sendo-o efeito de sua inscrição subjetiva.

Desse modo, a comunidade surda vai sendo capturada por verdades estabelecidas na sociedade, sobretudo a partir da lógica neoliberal, sendo a biopolítica um dos fatores importantes para a manutenção do neoliberalismo (Foucault, 2008; 2018). Ela se articula como ação de controle da conduta que impacta nas formas de vida da população. Por ela, existe a captura dos sujeitos que é efetivada por meio de dispositivos sociais e de controle.

Nas palavras de Foucault (2018, p. 204), essa nova tecnologia “[...] se dirige à multiplicidade dos homens [...] na medida em que ela forma, [...] uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida [...]”. A biopolítica se manifesta pelo biopoder, isto é, um poder não centralizado, mas governamental que controla o biológico de forma que a vida passa a fazer parte dos cálculos de poder, tornando-se alvo de um objeto político, selecionando, por sim, os que merecem ou não viver dentro da racionalidade neoliberal.

Nesse contexto, o lema da biopolítica se manifesta como: *fazer viver e deixar morrer*. Por morte, Foucault (2018, p. 216) não entende que isso seja somente “[...] o assassino direto, mas também tudo o que pode ser assassinato de forma indireta: [...] a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.”. A ação da biopolítica determina a vida que pode ser vivida nesse sistema neoliberal; aquela que obedece, interioriza, produzindo como resultado, a marginalização de subjetividades resistentes a tais normas. Nesse sentido, essa tecnologia tem, a partir dos regimes de verdade que por ela são manifestados, o poder de captura das subjetividades surdas que estão imersas nessa racionalidade biopolítica.

Lockmann (2013) relacionando a biopolítica à educação de surdos, aponta estratégias nas quais a política inclusiva insere normativas à população surda, entendendo a inclusão como “uma ação biopolítica de gerenciamento do risco social (Lockmann, 2013, p. 1)” e a circunscrevendo em um regime de verdade normativo-patológico porque associa a vida surda a lógica da deficiência. Acerca da ação da medicina sobre as populações que apresentam riscos para a funcionalidade da sociedade, a autora afirma que “a patologização [...] reúne um conjunto de discursos que entendem a surdez [...] pelo seu traço biológico, destacando-a como uma doença [...] esse entendimento vem acompanhado por procedimentos de medicalização da surdez” (p. 7). A inclusão, nesse sentido, se apresenta como um conjunto tático alinhado à biopolítica e que fagocita corpos para o processo de normalização (Lopes; Dal’igna, 2012).

Por fim, quando abordamos os regimes de verdade, ou até mesmo a biopolítica na comunidade surda, intentamos analisar os processos de subjetivação. No contexto deste artigo, as subjetividades são concebidas como as construções e conexões de um corpo, efeito da exposição de um sujeito que se materializa nas inscrições sócio-históricas. Para Foucault (2010), o sujeito é derivado de uma relação histórica entre os saberes e as relações de poder. A partir da modernidade, as problematizações vão sendo construídas acerca de como cada um se torna aquilo que se é, ou seja, por quais matrizes de experiências (Foucault, 2010) o ser humano perpassa para se tornar um sujeito. Neste estudo, estão ligadas a duas vertentes: 1) na lógica dos regimes de verdade dominantes, em que somos capturados para estarmos sempre servindo a arte de governar neoliberal; e 2) nas lutas e resistências produzidas que tentem firmar formas outras de existência.

Pela lente foucaultiana, quando pensamos na surdez, podemos a conceber como produto de uma fabricação social. Witchs e Lopes (2015) afirmam que, assim como a loucura que em seu campo de saber produz o sujeito louco, é possível dizer que a surdez produz o sujeito surdo. Para os pesquisadores, a surdez é construída historicamente por regimes de verdades que produzem práticas discursivas e não discursivas que atuam no modo como aqueles sujeitos se reconhecem, se identificam e se enxergam.

Todavia, quando olhamos esses mesmos processos de subjetivação pelas lentes deleuze-guattarianas, podemos abordar o que os autores chamaram de territórios (Deleuze; Guattari, 1997). Estes são compreendidos tanto como locais físicos, como subjetivos, construídos por meio de diversas linhas e o agenciamento entre elas. Podemos fazer uma articulação entre os movimentos territoriais abordados por Deleuze e Guattari (1997) e os estudos surdos, quando retornamos à década de 1980. No período em questão, observamos a construção de um território que abarcava verdades e práticas discursivas de pessoas com deficiência (PCDs) juntamente com a população surda, que lutava pela garantia de direitos baseados em políticas públicas para inclusão efetiva nas diversas esferas sociais pela lógica da acessibilidade.

Entretanto, a luta do território PCD em parceria aos surdos começou a sofrer rupturas quando, nos estudos e pesquisas que marcavam a diferença linguística dessa população (Felipe, 1993; Fernandes, 1994), os surdos começaram a perceber-se a partir de um território subjetivo distinto. Iniciava-se assim um movimento de contraposição ao território PCD, com a conscientização do modo de comunicação destes sujeitos. Nessa perspectiva, com o reconhecimento da língua de sinais, os surdos sentiram a necessidade de um deslocamento - de uma desterritorialização - do território PCD e dos enunciados que dele faziam parte, para um território distinto, ou seja, - reterritorialização - com ênfase na defesa de uso da língua de sinais.

No entanto, esses processos de subjetivação podem ser capturados por uma série de fatores, incluindo os jogos de poder em uma sociedade neoliberal. Um exemplo de captura da população surda é a ação da própria língua, que estabelece os regimes de verdade nos quais nos forjamos. Em 2019, por exemplo, durante a posse do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, a ex-primeira-dama fez um discurso em Libras. Essa exposição ganhou o apoio de diversos sujeitos surdos em todo o país devido ao sentimento de representatividade, pois a comunidade viu a língua de sinais sendo valorizada em um pronunciamento oficial. Essa pode ser uma forma de ver a captura pela língua, assujeitando os surdos para que sejam um coletivo também governado.

Todavia, é necessário salientar que, mesmo que sejamos capturados, também criamos formas de resistir, isto é, de contraconduzir aos regimes de verdade estabelecidos perante uma sociedade majoritária. Nessa perspectiva, Guattari e Ronilk (1996) nomeiam essas novas possibilidades como processos de singularização. Elas emergem na ação de grupos minoritários, se contrapondo a movimentos majoritários fundamentados em microrrevoluções. Assim, se faz possível experimentar um território outro, uma forma outra de existir. A partir do momento em que somos capazes de produzir vias de singularização, conseguimos ‘temporariamente’ escapar do assujeitamento produzido pelo neoliberalismo. Quando adentramos a comunidade surda, podemos perceber essa singularidade quando passam a se narrar contrários às noções de patologia e deficiência, uma vez que constroem suas subjetividades por uma diferença linguística e vivências visuais outras (Skliar, 1998).

Feitas essas primeiras apresentações, no próximo tópico aprofundamos como as mídias sociais atuam como dispositivos biopolíticos e podem colaborar na construção dos regimes de verdade na sociedade neoliberal.

3 AS MÍDIAS SOCIAIS COMO DISPOSITIVOS BIOPOLÍTICOS NA COMUNIDADE SURDA

Os discursos feitos por meio da língua de sinais têm tomado cada vez mais espaços sociais de visibilidade em diferentes contextos. No entanto, ao mesmo tempo que temos a Libras sendo usada para manifestações de resistências surda na atualidade, nos processos de formação de novos territórios também encontramos dispositivos midiáticos e de controle, em Libras, veiculando saberes de uma racionalidade negacionista e autoritária, partilhando de pautas postas pelo antigo governo federal. Nesse *lócus*, ora os territórios surdos são capturados e assujeitados pelas mídias produzindo e favorecendo determinados tipos de conteúdo alinhados à biopolítica; ora agem na contramão ao tentar elaborar formas outras de disseminação de conhecimento em relação a essa população.

Assim, as mídias se colocam como elementos discursivos e não discursivos e se tornam dispositivos biopolíticos capazes de criar regimes de verdade e influenciar as pessoas em direção a modos de sujeição ligados aos interesses neoliberais. É nesse contexto que o conceito foucaultiano de biopolítica se enquadra: nas trocas sociais online, quando os sujeitos buscam nos dispositivos midiáticos o poder de definir e produzir verdades. Ou seja, ao invés da mídia se constituir como um território que pode ser libertador, ela acaba “indo contra a criação e a liberdade preconizadas na internet” (Pichler; Fossá, 2015, p. 107). Souza, Lira e Silva (2020) reiteram que as maneiras pelas quais as mídias sociais vêm sendo usadas, manifestam regimes de verdades, no que diz respeito à biopolítica e às estratégias de saber e poder na arte do governo neoliberal.

Dessa forma, podemos ver que alguns dispositivos midiáticos encontrados usam a Libras como fonte de patologização dessas vidas, contrapondo-se a singularidade surda. Isso, pela forma como esse conteúdo tem sido disseminado: sem tratar das lutas; das tensões postas por essa língua; não evidenciando o protagonismo surdo; e deixando de oferecer informações com acessibilidade linguística.

Entretanto, apesar dessa potência de captura nos dispositivos midiáticos, as mídias também permitem reapropriações por meio de microrrevoluções que podem “subverter a modelização da subjetividade” (Guattari; Ronilk, 1996, p.47). Os movimentos de contraconduta nos dispositivos midiáticos desenvolvidos pelos próprios surdos tiveram um impacto significativo ao longo dos anos de 2020 e 2021. Nas palavras de Cabello (2021, p. 49), “com a chegada do novo coronavírus ao Brasil, as redes sociais acabaram se tornando o *lócus* para onde a vida foi sendo deslocada quase que absolutamente”. O *Instagram*, o *Facebook*, o *Youtube*, o *TikTok* e o *Twitter* começaram a se tornar cada vez mais constituintes dos afetos surdos e, por meio deles, estes puderam manifestar (ainda mais) a Libras, as produções culturais, as lutas, as vitórias e as perdas. Podemos dizer que, mesmo com o aprisionamento produzido pelas mídias sociais, os surdos se movimentaram contra a total captura. Há, portanto, a viabilidade de fuga e há a potência para a produção de outras formas de vida que escapam dessa existência normativa.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Ao longo de sua trajetória, Foucault (2014) desenvolveu indícios de um novo operador metodológico nomeado por ele como *anarqueologia*, que significa “uma junção da anarquia, a negação do poder com a arqueologia” (Gallo, 2019, p. 14), a qual é destinada a problematizar os processos de subjetivação dos sujeitos e as formas pelas quais os seres humanos são subjetivados a partir de um governo pela verdade. Dessa forma, escolhemos a anarqueologia como operador metodológico deste artigo. Isso porque ao mesmo tempo que temos um regime de verdade clínico no campo de saber da surdez e de normalizações de corpos que se alinham pela norma ouvinte, há movimentos de desobediência, com um regime de verdade outro, na busca por dar vida às diferenças surdas.

Ao rolar as telas dos celulares, deparamos com alguns materiais divulgados nas mídias sociais que difundiam a língua de sinais de maneira superficial, não levando em consideração questões linguísticas e de acessibilidade, corroborando para a contínua visão da Libras não como uma língua, mas uma linguagem de fácil acesso e dependente da língua oral. Além disso, também percebemos que em determinados conteúdos, para além da forma superficial que a Libras era difundida, ela também estava sendo romantizada, instrumentalizada e folclorizada, ainda ligada a uma língua de pessoas com deficiência. Esses conteúdos midiáticos que vimos

e que foram escolhidos se manifestam, a nosso ver, como dispositivos biopolíticos em um movimento de folclorização da língua e da comunidade surda.

Questionamo-nos: como os dispositivos biopolíticos midiáticos sociais constroem regimes de verdades que podem culminar na constituição dos processos de subjetivação de vidas surda no contexto neoliberal? Para responder essa questão, objetivamos problematizar a produção do regime de verdade normativo-patológico na constituição dos processos de subjetivação de vidas surdas, emergindo também por meio de dispositivos midiáticos sociais.

Para alcançar esse objetivo, realizamos também as coletas de dados que ocorreram em dois domínios: I) por vídeos em mídias sociais e II) entrevistas. No que se trata do primeiro domínio, escolhemos quatro materiais, todos disponíveis no *Instagram* e *Youtube*. Passamos a pesquisar vídeos que pudessem atuar como dispositivos biopolíticos, gerando a captura do sujeito surdo pela presença da Libras. Para a primeira etapa, selecionamos os vídeos de acordo com tais critérios de seleção: I) o tema da surdez e concomitantemente, a falta de acessibilidade para que o surdo entendesse a informação que estava sendo divulgada; II) o uso da Libras; III) a representatividade (ou não) de pessoas surdas; IV) estar em alguma mídia social. Elegemos, com base nesses pontos, quatro vídeos disparadores sendo eles: uma campanha publicitária, uma propaganda de novela e dois vídeos com artistas utilizando a língua. Neste artigo, iremos aprofundar apenas a campanha publicitária e a novela.



Figura 1. Vídeos coletados para a pesquisa

Fonte: [Autores, pesquisa documental]

Nesses vídeos selecionados, identificamos conteúdos que romantizam e folclorizam a Libras e as vidas surdas. Após a aprovação em comitê de ética³, realizamos entrevistas *on-line* com quatro surdos, todos maiores de 18 anos e sinalizantes. Eles foram entrevistados, depois de terem contato com os vídeos apresentados acima, por meio de um roteiro com dez questões previamente estabelecidas.

A partir das mídias e dos discursos surdos, observamos a produção do regime de verdade normativo patológico. Para a construção desse regime de verdade, que é base para os processos de subjetivação das vidas surdas, forjamos três linhas de força, ou seja, discursos e práticas discursivas, sendo elas: Linha de força 1 – A produção do sujeito pela lógica do fundamento da ‘anormalidade; com a preservação de um modo de vida fundado em um campo de saber clínico da surdez; Linha de Força 2 – A construção do sujeito pela educação inclusiva com pautas hegemônicas; e Linha de Força 3 – A construção da defesa de princípios conservadores e fundamentalistas pela comunidade surda, baseado em um negacionismo científico, disseminação de *fake News*, apoio ao ex-governo, e a intencionalidade política da língua de sinais nas mãos do antigo presidente e primeira-dama.

5 PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DO REGIME DE VERDADE NORMATIVO-PATOLÓGICO

O regime de verdade normativo-patológico, ao nosso olhar, prevê a dispersão de discursos fundamentalistas que agora chegam à comunidade surda também pelas mídias sociais por meio da Libras, e que igualmente servem para a produção da biopolítica. Para isso, é necessário compreendermos o que é o conservadorismo e como esse regime de verdade tem como norma social o ‘ouvir’. O conservadorismo consiste em “um discurso que admite a limitação da liberdade em função do que é tradicional” (Kogawa; Silva, 2022, p. 239) e tem sua base em pressupostos fundamentalistas bem demarcados. Já o fundamentalismo está relacionado às ideias conservadoras e inflexíveis – sobretudo concernentes à religião. Podemos dizer, de acordo com Michel Foucault, que ele também cria determinados regimes de verdade, ou seja, instâncias que definem quais discursos e práticas são verdadeiros e quais não, sendo necessários grupos e instituições que reafirmem as verdades fundamentalistas e as façam funcionar como dispositivos de controle.

Dessa forma, o conservadorismo baseado no fundamentalismo é entendido aqui como a preservação e imposição de uma norma, identidade majoritária-padrão e de uma determinada forma única de condição para a vida. Toda vez que um ou outro conjunto de

³ Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos com número do CAAE no CEP: 28263720.5.0000.5504

discursos se enrijece e se torna uma verdade absoluta dentro de um regime de verdade, ele se volta para uma perspectiva conservadora, ainda que traga temáticas alinhadas a ideias mais progressistas, ou seja, traz avanços que posteriormente se colocam como novos fundamentos.

Dentro dessa perspectiva fundamentalista conservadora, a respeito dos desdobramentos dos dispositivos midiáticos criados por uma sociedade majoritária e que espriam nas ações voltadas as vidas surdas, analisamos esse regime de verdade usando recortes das mídias selecionadas, alguns discursos trazidos pelos participantes e acontecimentos vigentes na comunidade surda baseando-nos nas três linhas de força apresentadas anteriormente e que serão abordadas a seguir.

5.1 Linha de Força 1 – A produção do sujeito pela lógica do fundamento da ‘anormalidade’

Quando pensamos nessa primeira linha de força, nos redirecionamos à norma. Quando problematizamos a área da surdez e a sociedade majoritária, temos como padrão normativo pessoas ouvintes e falantes da língua portuguesa na modalidade oral. Nas palavras de Carvalho e Martins (2016, p. 11), “a partir da formação de um saber clínico e científico sobre a surdez [...] se aplicaram técnicas de disciplinamento por meio de uma normativa, [...] visando a produção de um comportamento surdo”, de um assujeitamento de corpos a uma norma construída no seio social. Dessa forma, o método oral ganhou espaço e, mediante esse olhar, teve-se a ideia de que a surdez deveria ser reparada, o que fez emergir a percepção de deficiência auditiva no reconhecimento desses sujeitos como dotados de ausência de audição: foco na falta (Witch; Lopes, 2016).

Nessa noção da surdez vista de uma perspectiva patológica filiada aos discursos médicos, se estabelece o lugar em que o surdo é projetado: começando dos decibéis de quanto não ouve, produzindo a verdade de que a surdez é uma deficiência e criando uma questão negativa para o sujeito. Dessa forma, para além dos discursos, emergem-se práticas ou comportamentos atrelados às relações de poder, com a necessidade de que o surdo deva, por exemplo, fazer o uso do implante coclear ou de aparelhos auditivos. Podem-se citar também, como forma de uma prática possível, as crianças que vão para a escola e são encaminhadas para exercícios de aprendizado da fala, consultas fonoaudiólogas, dentre outros. Como resultado desse processo, pode-se enxergar a relação e a funcionalidade entre os pilares de saber e poder, quando os surdos aceitam esse lugar do déficit em constante busca pela normalização. Assim, o conservadorismo que pretendemos apontar nessa primeira linha de força diz respeito à ideia de conservar-se o ‘corpo normal’, e ‘o corpo sadio’ na busca de uma identidade majoritária.

Em uma das mídias selecionadas, isto é, em uma novela que se passou no ano de 2019, temos um recorte de uma atriz ouvinte que fazia o papel de uma menina surda em um diálogo com seu pai fictício. Nessa conversa, apesar de aparecer em alguns momentos os sinais feitos em Libras, a menina era oralizada, dando destaque à língua portuguesa. Essa questão da oralização difundida pela novela e levantada pelos próprios participantes conserva a norma da fala oral na sociedade. Esse cenário retrata o que é apresentado por Guarinello (2013) quando afirma que 95% das crianças surdas nascem em famílias de ouvintes. Isso quer dizer também que o entrave linguístico pode ocorrer, afetando a relação entre os infantes e seus responsáveis – ponto não salientado no enredo. Assim, quando a criança nasce surda, essa interação diminui de forma exorbitante e as crianças acabam tendo uma propensão em serem oralizadas (Kalman, *et al*, 2011). Todavia, o que aparece na novela é um claro entendimento da menina surda com seu pai, que sinaliza um pouco; porém, faz o uso da fala oral na maior parte do tempo, com uma boa comunicação entre ambos, estando fora da realidade das vivências surdas com suas famílias. Sobre essa questão, o P2 salienta que *“esse fingimento, dá até a impressão de que todos os surdos são oralizados [...] O mundo pode ver aquilo e pensar que todos os surdos são capazes de oralizar, isso pode até influenciar famílias que têm filhos surdos”* (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 15/06/2020). Assim, para o estabelecimento da interação, muitos surdos se submetem às práticas orais para que possam se sentir partícipes das relações familiares. Nisso, vemos a ação da ortodoxia da fala e a prática conservadora do corpo normal.

Nesse sentido, quando esse tipo de relação é mostrado na novela e, ainda, representado por uma pessoa ‘surda’ oralizada, afirma-se a busca pelo corpo idealizado na conservação da identidade ouvinte. Nas palavras de Cabello e Martins (2021, p. 13), vemos ilustrado *“um modo de condução de si, [...] na inclusão dessas práticas normativas em seus corpos”*. A novela tenta, a partir de uma construção identitária, apresentar um recorte desse público que é surdo, falante da língua de sinais, oralizado e que foi se subjetivando (também) em um regime de verdade normativo-patológico. Contudo, não podemos simplesmente reduzir a pluralidade dessa população a apenas aspectos identitários únicos; afinal, as subjetivações surdas são múltiplas e singulares. No entanto, grande parte da população majoritária ouvinte não tem acesso a essa informação, podendo ter a ideia de que todos os surdos são oralizados ou que a fala ocorre de modo natural sem sofrimento psíquico. Sobre essa questão, o P2 salienta que *“é bom para sociedade ver, mas depois é ruim porque pode cobrar do surdo uma oralização”* (Coleta de dados – entrevista realizada no dia 15/06/2020).

A mídia, ao tentar representar as vidas surdas, auxilia no processo de conservar uma forma padronizada e única do que a norma impõe na sociedade: falar e ouvir. No entanto, segundo as próprias palavras dos participantes, isso não é uma realidade, pois muitos não conseguem ou não passam por esse processo de oralização. Podemos recorrer à Cabello e

Martins (2021, p. 9) quando salientam que a essa população foram impostas as “normas (ouvintes), na busca por um corpo ao qual jamais terão acesso, nem com ortopedias reabilitadoras, às quais muitos foram submetidos e as quais por longo tempo imperaram nas práticas educativas”.

Todas essas enunciações que se voltam à patologia da surdez, da ausência, do reparo e da oralização, criam verdades sobre as formas de subjetivação das vidas surdas. Essas verdades circulam também nas mídias, como, por exemplo, na novela, que reforça esse olhar clínico e a manutenção dos corpos surdos pelo viés da deficiência, sendo um dos efeitos dos regimes de verdade. No entanto, essa forma como a sociedade conduz os corpos surdos e como eles se subjetivam vai para além das mídias sociais: se solidifica nas instituições de sequestro, como, por exemplo, a familiar – mencionada anteriormente – e, principalmente, a escolar – que vamos problematizar agora.

5.2 A construção do sujeito pela educação inclusiva com pautas hegemônicas

ABNCC (2018) assegura que é imprescindível garantir que o cuidar e o educar caminhem juntos para a construção ideal do sujeito infante. Com isso, os ambientes escolares devem deixar disponíveis experiências viáveis para essa constituição mediante o conhecimento das crianças, de suas bagagens pessoais e familiares, transformando-as em práticas pedagógicas que façam sentido para as pluralidades presentes na escola.

No entanto, segundo Abramowitchz, Levcovitz e Rodrigues (2009), a forma como a educação tem se forjado atualmente com base nas normas e normativas impostas na sociedade se constituem “em modos e modelos de agir padronizados. Comer de boca fechada, calar-se nas refeições, [...] são ensinamentos inseridos num determinado modelo hegemônico de produção de hábitos e de condutas” (Abramowitchz; Levcovitz; Rodrigues, 2009, p. 2). Esses processos de subjetivação vão se dando nas relações de saber-poder que vão sendo construídas entre as famílias e a escola, as quais “amparam na mesma medida que corrigem e moldam os desviantes potenciais” (Abramowitchz; Levcovitz; Rodrigues, 2009, p. 5) na produção de corpos educados e dóceis pelo estabelecimento de uma forma conservadora de educar.

Todavia, com o advento da inclusão em 1990, a educação precisou se reorganizar para um novo grupo que chegava às escolas regulares: as crianças público-alvo da educação especial (PAEE). Elas começaram a fazer parte desse contexto, ativado pelos princípios norteadores da ‘educação para todos’, instalado em 1994 com os impulsionamentos da Declaração de Salamanca. Porém, apesar de seu atendimento ser regido hoje pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (PNEPEI) de 2008, nem sempre as especificidades desses sujeitos vêm sendo atendidas e respeitadas.

Nesse cenário, uma das grandes questões da inclusão total ou da educação inclusiva, quando voltamos nosso olhar para o alunado surdo, é que as práticas do professor estão voltadas para a maioria ouvinte e não orientada para a minoria surda (Conceição, 2019). Nesse contexto, podemos trazer a propaganda publicitária, em que existe um único menino surdo em uma sala de estudantes ouvintes. O enredo da propaganda mostra a organização da turma para uma apresentação de coral de Natal. Apesar de a propaganda tentar refletir sobre a inclusão escolar no país, ela ainda afirma o alunado surdo sozinho, sem seus pares em sala de aula, reforçando um modelo hegemônico da educação baseado na língua oral e nas metodologias voltadas para a maioria. A propaganda acaba produzindo, nas palavras de Carvalho e Martins (2016, p. 409), “o discurso da inclusão, no entanto, o surdo se torna um incluso-excludente”, isto é, está presente no espaço escolar, como apresenta o comercial, “mas sua língua é destituída de poder, de lugar, de funcionamento” (Carvalho; Martins, 2016, p. 409). O participante P1 salienta, por exemplo, que a atividade desenvolvida e ilustrada na propaganda poderia ter sido realizada de uma forma outra: *“às vezes o professor não quer preparar a aula, não pensa no aluno surdo, em oportunidades diferentes, por exemplo, não dá para fazer um teatro? Porque o teatro e o surdo combinam, usa o corpo, expressão”* (Coleta de dados, entrevista realizada no dia 08/06/2020).

Dessa forma, a proposta de ensino das instituições escolares, assim como seus currículos e sua pedagogia, se baseia no governo das vidas por métodos comuns e igualitários que muitas vezes ‘idealiza’ o outro e o torna objeto de assistência, não favorecendo a equidade de práticas educativas. Assim, nessa propaganda publicitária, forjam-se maneiras de mostrar que o estudante surdo está sendo incluído, porém mostra a falta de proposta que o contemple, pela forma de ensino apresentada em um modelo de educação conservador.

Nesse recorte da campanha publicitária, nota-se o quanto ainda é ambíguo a inclusão das crianças surdas e o quanto a educação é pensada a partir de um regime de verdade normativo-patológico em que se estabelece e padroniza ‘o ouvir e o falar’ como práticas de acesso a todos, em uma cultura aparentemente monolíngue (Conceição, 2019). Desse modo, por mais que a inclusão escolar na perspectiva da educação inclusiva tenha sido idealizada em consonância com uma ‘escola para todos’, ela ainda foi pautada e têm normativas e políticas públicas regidas por ouvintes dentro de um regime de verdade normativo-patológico relativo aos estudantes surdos.

5.3 O assujeitamento a princípios conservadores e fundamentalistas que chegam à comunidade surda

É também no âmbito da educação que não podemos deixar de salientar mais uma linha presente dentro desse regime de verdade: a defesa do conservadorismo pela conjuntura do

governo federal anterior. No bojo da busca pela visibilidade, a presença das pessoas surdas em eventos diplomáticos e a nomeação de cargos políticos produziram (também) essa linha molar que propaga princípios fundamentalistas dentro da comunidade surda como mecanismo de proximidade do ex-chefe de estado. E é nessa ‘representatividade’ que parcela dessa população passa a ter uma “*pseudoparticipação* ativa na pauta de um governo que [...] confere ações autoritárias e extermínio das diferenças por meio de negligências e afrontas aos movimentos sociais” (Cabello; Martins, 2021, p. 23).

Todavia, apesar da visibilidade que a nomeação de surdos para alguns cargos políticos trouxe, na prática educacional poucas mudanças foram de fato implementadas. Nas palavras de Cabello (2021, p. 13), “ao mesmo tempo em que a [...] gestão federal traz à tona as discussões da comunidade surda de forma contundente junto ao MEC, dando inclusive mais visibilidade à Libras, avança contra grupos minoritários ou sobre qualquer pauta progressista”. Foi nesse cenário que surgiu essa linha de força, para tentar exemplificar como a proximidade da comunidade surda ao antigo governo federal também construiu discursos repressores, dos quais, pela ‘acessibilidade linguística’, os surdos também fazem parte.

Os discursos proferidos pelo antigo governo e que ferem múltiplas existências minoritárias começaram a chegar nesse território surdo por conta da pulverização da língua, agindo assim como um dispositivo de controle: agora as vidas surdas passaram a ser governadas pela ação do Estado. Nas palavras do P1, “[...] nas eleições do Bolsonaro, a primeira-dama fazia ‘olha gente eu sei Libras’, e aí o que acontecia? O surdo começava a votar: ‘Ah eu votei no Bolsonaro porque ele sabe Libras’” (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 08/06/2020). Segundo Cabello e Martins (2021, p. 16), o governo federal fez uma manobra quando passou “a incluir os corpos marginalizados para dentro da lógica governamental”. Vimos parte dos movimentos surdos saírem de bases mais progressistas e se reterritorializarem em pautas conservadoras, na petição da “intervenção do estado nas políticas sociais, apoiando a retomada [...] de um conservadorismo religioso nas relações familiares e [...] na educação [...]” (Cabello; Martins, 2021, p. 4).

Nesse contexto, apesar de a língua de sinais estar presente na mão dos chefes anteriores de estado como alegoria, podemos tensionar a propaganda publicitária e as questões trazidas acima sobre a imposição da educação inclusiva que determina um modo único de educação: aquele com alunos surdos e ouvintes em sala de aula. No entanto, será que essa socialização garante o aprendizado efetivo do estudante surdo? As metodologias são adequadas e criadas pensando neste público? A ortodoxia do ensino também está presente não só nos modelos-padrão de educação, mas também quando tentamos instituir outro modo como único – mesmo que o preço a se pagar seja a existência do aluno que tenha diferentes necessidades educacionais.

Em suma, defendemos que dentro desse regime de verdade normativo-patológico temos pelo menos essas três linhas duras. Tais linhas apontam para a composição deste território surdo conservador ou de base fundamentalista. Neste recorte, identificamos alguns rudimentos exemplificados pela manutenção do sujeito pela lógica da anormalidade ou da deficiência, a produção de práticas educativas hegemônicas com pauta na perspectiva ouvinte, e a presença de fundamentalismos religiosos e outros, produzidos por uma parcela da comunidade surda, acoplados pela defesa da visibilidade da língua de sinais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo resultou de uma tese de doutorado desenvolvida na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), problematizando a produção do regime de verdade normativo-patológico na constituição dos processos de subjetivação de vidas surdas, sob a influência dos dispositivos midiáticos sociais no contexto neoliberal. Abordamos acontecimentos como: as conquistas, a condução das condutas da comunidade surda, as lutas, as resistências e as capturas pela tecnologia de poder da biopolítica. Apresentamos também os dispositivos midiáticos sociais como espaços amplos de produção de subjetividades pela pulverização de suas linhas de forças e destacamos como eles têm se materializado como solo fértil para a construção dos regimes de verdade que nos subjetivam e que assujeitam (também) a população surda. Assim, com base nas mídias sociais e no efeito delas nas relações de saber-poder, fomos construindo o regime de verdade que foi apresentado: o normativo-patológico, em que se pode perceber a potência da mídia nessa territorialização de saber. Em outras palavras, consideramos que a biopolítica captura os sujeitos surdos pela pulverização de saberes ativados em mídias sociais. Este processo permite a atualização do regime de verdade normativo-patológico aplicado em produções que essencializam a surdez e a pessoa surda.

Assim, apesar da apresentação deste regime de verdade normativo-patológico, a comunidade surda pode ser vista por outros vieses aqui não abordados por ser um recorte de uma pesquisa, limitando o campo de exploração do presente tema. Com o desenvolvimento da sociedade e as relações de poder que nela se firmam, para investigações futuras, podem ser descobertos, outros regimes de verdade. Como exemplo, podemos citar o regime de verdade militante, comercial, de consumo, que são desdobramentos da presente pesquisa e que carecem de novas linhas de força para seu enraizamento social. Assim, esperamos que as discussões deste artigo auxiliem novos trabalhos a descrever as ações de resistências das comunidades surdas na atualidade.

Por fim, embora os regimes de verdade atuem diretamente na sujeição de corpos, há a presença da resistência que ativa contracondutas e cria novas formas de ser. Nesse sentido,

ao apontar as formas de sujeição impostas atualmente às comunidades surdas pelo regime normativo-patológico, também delineamos a importância das linhas de fuga ou movimentos de resistência e contracondutas em relação a esses regimes. Entendemos a necessidade de destacar a entrada da Libras na construção de novos enunciados que subjetivam e promovem a condução de vidas surdas sinalizadoras. Com isso, evidencia-se que qualquer língua tem o poder de sujeitar e de dessujeitar, de dominar um povo, mas também de promover contra-condições e resistências. À medida que vemos esse movimento ocorrer nas comunidades surdas por meio da Libras, reiteramos a inclusão linguístico-social dessa forma de expressão dirigida às pessoas surdas.

Em suma, se há atualizações da biopolítica por meio de recursos midiáticos em Libras, as comunidades surdas cada vez mais inventam suas resistências, pela e através dela também. Notam-se ações voltadas à manutenção de suas diferenças, entendendo-as como forças insurgentes que criam uma possibilidade outra de formas de vida – e quais seriam elas? Todas as que necessitam de operadores de luta que promovam saberes diferentes dos impostos pela norma-padrão, vinculados às perspectivas hegemônicas opressoras. Para isso são necessárias forças criativas nas mídias sociais que quebrem ou que vão de encontro à racionalidade neoliberal. É necessário resistir!

REFERÊNCIAS

ABRAMOWITZ, Anete; LEVCOVITZ, Daniel; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Infâncias em educação infantil. **Pro-Posições**. Campinas, v. 20, n. 3, set./dez. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072009000300012>. Acesso em: 21 set. 2022.

AVELINO, Nildo. Foucault e a anarqueologia dos saberes. In: FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos – excertos**. Tradução e organização de Nildo Avelino. 2.ed. Rio de Janeiro: Achiamé/CCS, 2011.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, de 7 de janeiro de 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf. Acesso em: 21 dez. 2023.

CABELLO, Janaína. **Cartografia das (re)territorializações no movimento social surdo no Brasil atual: (des)caminhos para as pedagogias surdas como devir**. 2021. 249f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

CABELLO, Janaína. MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. Marcas históricas do movimento ativista surdo em articulação ao pensamento prático de Paulo Freire e Michel Foucault. **Pro-Posições**, Campinas, v. 32, 2021.

CARVALHO, Alexandre Filordi; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. Anúnciação e insurreição da diferença surda: contra-ações na biopolítica da educação bilíngue. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 391-415, mai./ago., 2016.

CONCEIÇÃO, Bianca Salles. **Práticas Discursivas sobre a surdez e a Educação Infantil: diálogo com familiares**. 2019. 160 f. Dissertação – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. vol. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

FELIPE, Tânia. **As comunidades surdas reivindicam seus direitos linguísticos**. Rio de Janeiro: Feneis. 1993.

FERNANDES, Eulália. Parecer Solicitado pela Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo sobre a Língua de Sinais Usada nos Centros Urbanos do Brasil. **Revista Integração**, Brasília, v. 5, n. 13, p. 18-21, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

FOUCAULT, Michel. **O governo dos vivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

GALLO, Silvio. Da anarqueologia à anarquologia: um palimpsesto metodológico em Foucault. *In: Michel Foucault – da produção de verdades ao governo da vida*. São Paulo: Intermeios, p. 285-311, 2019.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. **Micropolíticas: cartografias do desejo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUATTARI, Félix. **Lignes de fuite**: pour un autre monde de possibles. La Tours d'Aigues: L'aube, 2011.

GUARINELLO, Ana Cristina; CLAUDIO, Débora Pereira; FESTA, Priscila Soares Vidal; PACIORNIK, Roseli. Reflexões sobre as interações linguísticas entre familiares ouvintes - filhos surdos. **Ciência e Cultura**, Curitiba, n. 46, p. 151-168, 2013.

KELMAN, Celeste Azulay; SILVA, Daniele Nunes Henriques; AMORIM, Ana Cecília Ferreira de; AZEVEDO, Daisy Cristina; MONTEIRO, Rosa Maria Godinho. Surdez e família: facetas das relações parentais no cotidiano comunicativo bilíngue. **Linhas Críticas**. Brasília, v. 17, n. 33, p. 349-365, mai./ago. 2011.

KOGAWA, João; SILVA, Dênis. A arqueogenealogia como crítica a instrumentalização do pensamento: breve análise de três verdades do discurso progressista. **Policromias – Revista do discurso**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 237-259, jan./abr. 2022.

PICHLER, Patrícia Franck.; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Biopoder e biopolítica na práxis da comunicação comunitária no ciberespaço. **Extraprensa (USP)**, n. 16, p. 105-112, 2015.

SOUZA, Wellington Gomes de.; LIRA, Vinícius Costa Araújo; SILVA, Francisco Vieira da. O biopoder em tempos de coronavírus: o duelo de verdades em materialidades discursivas nas mídias sociais digitais. **Miguilim**, v. 9, n. 3, p. 297-318, set./dez. 2020.

WITCHES, Pedro Henrique.; LOPES, Maura Corcini. Surdez como matriz de experiência. **Revista Espaço**. Rio de Janeiro, n. 43, jan./jul. 2015.

Revisão Gramatical realizada por: José Vanderlei Machado

E-mail: machado.josevanderlei37@gmail.com